



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 20/90

DATA: 27 de abril de 1990.

SÚMULA: Reajuste em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados, bem como dos servidores regidos pela CLT, a partir de 01 de abril de 1.990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados símbolos "DAS", "C" e "G", bem como dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em março de 1.990, ficam, a partir de 1º de abril de 1.990, reajustados em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2º - Ficam, a partir de 1º de abril de 1.990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), vigentes em março de 1.990:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor de salário-família, por dependente legal, e o valor das pensões especiais.

Art. 3º - Mantida a data-base de reajuste anual, aos servidores, inclusive os aposentados e pensionistas, bem como os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a partir de 1º de abril, a política salarial a ser adotada pelo governo federal.

§ 1º - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1º e 2º da presente resolução.

§ 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o artigo 7º e parágrafo da resolução nº 02/90, de 12 de janeiro de 1.990, e demais disposições em contrário.

Palácio "XIX de dezembro", em 27.04.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 21/90

DATA: 11 de maio de 1990.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito nas divisas abaixo descritas, no atual

Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de Alto Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nas divisas abaixo descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de Alto Alegre.

"Ao Norte, com os Municípios de Itaguapé, Santa Inês e Santo Inácio; começando no Rio Pirapó, na foz do Rio Ibiratininga, subindo por este até a sua cabeceira, onde alcança a cabeceira do Córrego de Canto. Ao Sul, com Lobato e Santa Fé, começando na foz do Rio Bandeirantes do Norte, subindo por este até a Água Marante. A Leste, com o Município de Nossa Senhora das Graças. A Oeste, com os Municípios de Inajá e Paranacity."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de dezembro", em 11.05.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 22/90

DATA: 11 de maio de 1990.

SÚMULA: Determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado PIRAJÁ FERREIRA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, autos nº 7.257, oficiado pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral sob nº 4969, em que é indiciado o DEPUTADO PIRAJÁ FERREIRA;

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Palácio "XIX de dezembro", em 11.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1990.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Chierigate, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Lauro Lobo Alcântara, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo e Sabino Campos (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/76/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VE-

TADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 74/90, em razões de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada pelo prazo de 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 132/90, oriundo da Mensagem nº 62/90, em 4.^a Discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 296/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Guarda Mirim, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 29 de março de 1984, com a finalidade de, no Município de Mariluz, de recolher, orientar, integrar os menores carentes abandonados e desajustados, a Guarda Mirim, através de um trabalho de conscientização e de responsabilização vem integrando-os à Comunidade daquele Município.

Tal trabalho é planejado de forma a atender as necessidades do menor, na família e na comunidade, orientando-os para trabalho através da profissionalização e da semi-profissionalização, e integrando-os para que possam ser úteis à sociedade. Terezinha Aparecida Barbosa, Presidente desta importante Entidade, atenta para as dificuldades crescentes vivenciadas no seu trabalho incansável, encaminha, de acordo com os requisitos da Lei nº 6.994, a documentação para que possa ver a Guarda Mirim declarada de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 297/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade

Pública Estadual, o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo por finalidade o acolhimento de menores carentes do Município, para a sua manutenção na faixa de idade entre zero e quatorze anos, o CEMIC de Mariluz vem prestando incansável serviços à Comunidade.

Desenvolvendo três programas básicos com a criança e adolescente, família e a comunidade, desde a sua fundação, em outubro de 1982, as atividades baseiam-se na realidade da clientela, procurando evitar a marginalização.

Diante deste meritoso trabalho, o Sr. Ely Lucacin, Presidente da entidade, solicita aos nobres Parlamentares o reconhecimento público, declarando o CEMIC de Utilidade Pública Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 298/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 28 de abril de 1976, na cidade de Mariluz, tem a APMI daquele Município desenvolvido intensa atividade velando pela Infância, preocupando-se com a saúde, bem-estar e necessidades gerais da criança.

No atual momento, particularmente difícil da sociedade brasileira, tais ações necessitam ser reconhecidas e apoiadas.

Neste sentido, em face da situação difícil em que se encontra a Entidade, ape-la-se aos nobres Parlamentares para que possa ser considerada de utilidade pública estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei Estadual nº 6.994, como comprova a documentação anexa, encaminhada pela Presidente em exercício, Maura da Silva Zanatta, Vereadora atuante e sempre atenta aos problemas que afligem a população que bem representa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Em virtude do licenciamento da Deputada Amélia Hruschka, convoco o Deputado Luciano Pizzato para assumir a sua cadeira, dispensando-o do juramento por já tê-lo feito anteriormente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna na tarde de hoje para que fique registrado nos anais desta Casa, a publicação na "Folha de São Paulo", no dia 6 de maio de 1990, na coluna de Gilberto Dimenstein que diz o seguinte:

(Lê):

O ELEITOR TAMBÉM É CÚMPLICE

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA - Num tom de indignação, leitores enviaram cartas à Folha criticando posição assumida por esta coluna contra campanha que se espalha pelo país para reduzir o salário dos parlamentares a Cr\$ 73 mil - metade do que recebe um simples caixa do Banco do Brasil. Esculhambar hoje os políticos traz sucesso fácil, sobretudo se for de forma generalizada e com adjetivos do tipo "safado", "ladrão", "vigarista". Não se percebeu o perigo por trás dessa campanha.

O raciocínio é mais ou menos o seguinte: os políticos são "salafrários". E como são "salafrários" devem ganhar pouco. A seguir a lógica, eles não deveriam ganhar pouco, mas deveriam ser eliminados - ou, no máximo, não ganhar nada. Aí está o problema: essa campanha tem na essência a desmoralização do Legislativo e, portanto, da democracia.

Isso não invalida que se combatam as mordomias e mamatas parlamentares. O fato é que Cr\$ 73 mil não é um rendimento condigno de um parlamentar, condenando-se essa atividade a basicamente duas categorias: milionários ou ladrões. E, aí sim, o Congresso estará desmoralizado.

Argumenta-se que o Brasil é um país pobre e os salários públicos devem ser baixos. Então, por coerência, proponha-se cerca de dois salários mínimos por mês, a média nacional. Também por coerência, seja lançada uma campanha contra quem ganha mais de dois mínimos e não se comporta como quem vive num país miserável.

Existe um mecanismo muito mais simples e democrático para valorizar o dinheiro público colocado no bolso dos parlamentares: a urna. Os Deputados e Senadores eleitos não caíam do céu, não vieram de outro planeta. O eleitor é cúmplice quando vota neste ou naquele parlamentar.

Já que as eleições estão próximas, que se exija do candidato um compromisso de respeito à coisa pública. E que sejam cassados os que traíram a confiança - isso chama-se democracia. Um regime no qual os representantes devem ser tratados dignamente - e, se comportar dignamente."

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra Deputada.

Estranhamos Sr. Presidente, quando lemos através dos jornais ou assistimos pela televisão, manifestação do Sr. Secretário da Saúde, informando ao povo do Paraná o fechamento de dois hospitais. Sr. Presidente, no que se refere ao Hospital de Londrina, como um dos representantes daquele Município na Assembléia Legislativa, tenho que discordar. Aquele Município carente, as pessoas necessitadas em Antonina e adjacências, utilizam e precisam daquele hospital.

Inclusive a "Gazeta do Povo" no dia de hoje publica uma nota por nós fornecida quando deixamos, de forma taxativa, a nossa discordância com a atitude tomada, a nosso ver, de forma precipitada, pelo Sr. Secretário da Saúde.

Não vemos até em sua atitude má intenção. Talvez uma precipitação, uma má informação, fez com que o Sr. Secretário comunicasse ao Paraná esta atitude.

Desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos fazer um apelo ao Sr. Secretário, para que reveja a sua posição, para que analise com vagar, com mais carinho, esta atitude. E não cerceie o povo de Antonina e da Região do atendimento tão necessário que aquele hospital dá à população.

Já procuramos contato com a Secretaria da Saúde e estaremos nos próximos dias também fazendo contato com o Sr. Secretário e temos certeza que esta sua posição será revista, porque este é o desejo do povo de Antonina, porque este é o anseio de toda a população do Litoral do Paraná, porque este é o desejo deste Deputado, que quer ver a população de Antonina melhor atendida; muito melhor atendida do que já estava. Não é fechando o hospital que vamos dar melhor atendimento à população mais carente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Já começa a surtir efeito positivo o trabalho da Secretaria da Segurança deste Estado. O Secretário José Moacir Favetti quando empossado, jurou, prometeu probidade, eficiência e urbanidade. E já nas primeiras horas, nos primeiros dias de ação na Secretaria da Segurança deste Estado revelou com determinação, no primeiro episódio que registramos e lemos na imprensa desde ontem, o combate ao "bingão".

Chega de ilegalidade neste Estado! Chega de corrupção. Chega de defeitos, de erros, de pecados, de crimes contra a Lei. E temos que enaltecer, mesmo sendo um Deputado de Oposição ao Governo do Estado; mas a nossa coerência faz com que nós, como Parlamentar responsável nesta Casa eleremos e louvemos atitudes como esta do Secretário Favete se transformando, sem dúvida nenhuma, num fundamento da Segurança neste Estado que tanto a sociedade reclama, a população reclama uma decisão e para que se faça cumprir a Lei. Já é vício, já é normal ser desonesto. Esse vício tem que ser quebrado. Temos que cumprir a Lei. O Paraná, a população, mas principalmente aqueles que querem ganhar a vida fácil no tráfico de drogas, no jogo-do-bicho, nos famigerados bingões até por televisão. Mas, para o Secretário não passa às vistas grossas não!

Queremos enaltecer na figura deste sudoestino, deste homem que veio do Sudoeste, que fez um trabalho grande na Polícia Federal mostrando seriedade, competência e mesmo humanidade. Este homem, neste tripé, tem uma personalidade e na sua bagagem de trabalho que serve muito bem para os dias de hoje.

Estamos requerendo aos Parlamentares, à Assembléia Legislativa uma Moção de Apoio ao Secretário da Segurança José Favete. Nós precisamos que o Estado, de um modo geral, comece a tratar a todos sob o crivo da Lei.

Não podemos fazer dissensões. Não podemos fazer discriminações. Este é o exemplo que tem que ser seguido por outros Secretários neste Estado e principalmente pelo Governo do Estado do Paraná na pessoa do Sr. Governador, fazendo justiça a todos os setores organizados; e mesmo os seus funcionários públicos que tenham possibilidade de ter também um tratamento com liderança...

(É tirado o som).

Para concluir, Sr. Presidente.

Têm os nossos funcionários, tem o Magistério também um tratamento normal, um tratamento de governante, um tratamento igual para todos, sem discriminação. Parabéns, Secretário da Segurança José Moacir Favete! E parabéns ao Governo neste momento!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pico satisfeito ao notar que o Deputado Artagão Mattos Leão também assumiu a defesa do não fechamento de dois hospitais do Litoral, Matinhos e Antonina, numa atitude inconcebível do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, que já proibiu também - e eu citava ontem aqui - o atendimento com relação à prótese.

Neste Paraná, a partir de hoje, quem quebrar a perna, quem quebrar os braços ou quem sofrer alguma fratura e precisar de uma prótese, através de um órgão do Governo do Estado do Paraná, vai ter que se virar, vai ter que voltar aos tempos antigos, quem sabe, amarrar dois pedaços de ripa nas pernas para poder andar, porque o Secretário da Saúde proibiu o governo do Estado a atender próteses, na verdade um fato profundamente lamentável.

Mas, venho também à tribuna para endossar as palavras ditas pelo Deputado José Rogério com relação ao problema do "bingão".

Nesta Casa, a primeira voz que se levantou contra essa máfia do "bingão", foi este Parlamentar. Nós aqui denunciemos, o que estava se praticando nesta Cidade às vistas da polícia, às vistas da justiça numa total enganação à população, sem que houvesse uma fiscalização, num desvio inclusive, de tributos ao Governo do Estado e à Receita Federal. Mas agora, parece-me que resolveram tomar algumas providências. O Desembargador Edmar Costa Cardoso Machado, do Tribunal de Justiça, negou ontem à tarde o pedido de liminar feito pelo Clube Atlético Paranaense, para a realização no próximo domingo, do telefestival de prêmios. A Justiça negou o pedido por considerar o "bingão" uma contravenção penal. A mais sete pedidos de liminar, mas que podem evidentemente, ter o mesmo fim, ou seja, serem negados pela justiça.

O Secretário da Segurança Pública, Moacir Pavetti, disse que começou a ganhar na justiça (vejam bem o que disse o Secretário da Segurança Pública), que começou a ganhar na justiça a batalha contra a máfia do "bingão".

O Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemim Guimarães, disse que a decisão do Desembargador, mostra que há uma preocupação com a Lei, e que não poderia ser diferente.

No dia dezanove de abril, vinte e um Desembargadores assinaram o acórdão, onde foi solicitada a investigação sobre o telefestival de prêmios e, por unanimidade os Desembargadores consideraram o "bingão" ilegal.

O que nos deixa preocupados é que ontem, a informação que nos foi dada pela Justiça, é de que alguns companheiros desta Casa, tentaram junto ao Ministério Público, tentaram junto ao Desembargador Edmar Cardoso Machado, que ele cedesse a liminar para que o "bingão" fosse realizado.

Ora, se esta Casa tem em andamento aqui, um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI, visando apurar os fatos, apurar o funcionamento deste famigerado "bingão", de repente, alguns companheiros buscam na Justiça, uma tentativa de que essas limitares fossem cedidas, a fim de os "bingões", o telefestival fosse realizado.

Há uma grande diferença entre esse "bingão", e alguém pode me questionar, e os "bingos" populares que são feitos nas igrejas, que são feitos nas escolas, nas associações de bairros, nas creches, para a sobrevivência dessas entidades.

Eu mesmo, há duas semanas atrás, promovia um bingo em Curitiba, na Sociedade Dom Pedro II. Este bingo tinha por finalidade, arrecadar fundos para a sobrevivência do Asilo São Vicente de Paula e do Recanto do Velhinhos do Tarumã.

A cartelinha vendida a duzentos cruzeiros, com mais de 30 prêmios, rendeu a esses dois asilos, a importância de quase seiscentos mil cruzeiros.

Este é um bingo verdadeiro, este é um bingo honesto, porque é o bingo que o cidadão compra ali a cartela, joga ali e sabe que está concorrendo aos prêmios, e sabe para onde é destinado, não há corretagem, não há comissão para ninguém! É o dinheiro que é pago e é passado imediatamente às entidades que necessitam, para a sua sobrevivência.

Ao contrário deste telefestival aqui, que tem recebido várias acusações, várias denúncias, segundo o que se informou.

São vendidas aproximadamente 2.000.000 cartelas, são colocadas à venda 2.000.000 cartelas, no entanto são vendidas mais ou menos 200.000, o que é que é feito com 1.800.000 cartelas? Ficam com os promotores do bingo! São feitos os sorteios e evidentemente que a probabilidade de ganhar fica entre 1.800.000, do que os 200 que compraram! Resultado: os prêmios sempre saem para as mesmas pessoas que são pessoas ligadas aos promotores deste telefestival.

É isso que o povo não está entendendo! Utilizam-se de entidades de Assistência Social, deste Paraná, e até o Promopar foi utilizado para isso, e repassando importâncias insignificantes Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 10.000,00, utilizando o nome destas entidades promovem este famigerado telefesti-

val.

É preciso que, daqui para frente, se dê, exatamente o que fez o Deputado José Rogério, se dê força ao Secretário de Segurança, ao xerife da Segurança do Paraná, José Moacir Favetti, que está realmente enfrentando uma briga contra uma máfia muito poderosa, uma máfia que envolve todo o futebol do Paraná, uma máfia que está se promovendo, inclusive para campanhas políticas, porque alguns promotores deste telefestival são elementos que estão tentando, evidentemente, ingressar na vida política, se abastecendo através do que é arrecadado neste telefestival.

Fica aqui, portanto, o nosso reconhecimento ao Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemin Guimarães, ao Desembargador Edmar Cardoso Machado, do Tribunal de Justiça, e ao Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, pelas atitudes corajosas que têm tomado.

Novas liminares virão, à frente, quase todos os clubes do Paraná, vão entrar com liminares tentando a volta deste telefestival, mas, ao que tudo indica, a Justiça desta feita, parece que vai agir com rigor!

É preciso que isso realmente seja feito.

Ontem, o pedido do Clube Atlético Paranaense, através de seu advogado que impetrou Mandato de Segurança contra o ato do Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que possa realizar, no dia 13 do corrente e 10 de julho, um telefestival de prêmios.

E o artigo 51, da Lei de Contravenções Penais dispõe: "Promover ou fazer loterias sem autorização legal; pena prisão simples, de 6 meses a 2 anos e multa de CR\$ 10.000,00.

§ 2º - Considera-se loteria toda a operação que, mediante distribuição de bilhetes, listas, cupões, vales, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de dinheiro ou bens de outra natureza".

Os telefestivais, na modalidade de bingo, que o impetrante pretende realizar, além de não ter autorização legal, constitui um jogo de azar ou seja uma contravenção.

Face ao exposto, delego a liminar pleiteada.

Cite-se ao Secretário de Segurança Pública.

As. Desembargador Edmar Cardoso Machado.

Está aí, portanto, Senhores Deputados, resta agora a nós, aqui neste Parlamento, dar continuidade e oficializar esta CPI que foi pedida nesta Casa, a indicação dos Membros e chamar para que aqui venham depor o Presidente da Associação Paranaense

de futebol, Senhor Onairevis Rolim Moura, o Diretor da Rede OM de Televisão e outras pessoas envolvidas neste famigerado telefestival.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS.

Declina.

Consulta à Liderança do PDC.

Declina.

Consulta à Liderança do PFL.

Declina.

Consulta à Liderança do PT.

Declina.

Consulta à Liderança do PL.

Declina.

Consulta à Liderança do PDT.

Declina.

Consulta à Liderança do PTB.

Declina.

Consulta à Liderança do PSDB.

Declina.

Consulta à Liderança do PMDB.

Declina.

Consulta à Liderança do PTN.

Declina.

Consulta à Liderança do PRN.

Declina.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados:

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 3 (três) de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 304/89, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivos de greve e proceder o devido ressarcimento. Aprovado.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 62/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na Cidade de Guarapuava. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia. Com emendas de Plenário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando

a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 132/90. Prejudicado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação ao Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana, com relação ao seu pedido de retirada da Ordem do Dia do Projeto n° 132, eu gostaria de fazer um pedido a Vossa Excelência para que retirasse o seu pedido porque as emendas do Deputado Nereu Carlos Massignan e David Cheriegate foram apresentadas em 2ª Discussão e já foram aprovadas em 2ª e 3ª Discussão.

Elas não entram mais em votação agora em 4ª Discussão. E eu não vejo motivos, ilustre Deputado para que Vossa Excelência solicite a retirada da Ordem do Dia do nosso Projeto, do Projeto que cria a Unicentro, Universidade do Centro do Paraná, com Mensagem do Senhor Governador, que beneficia e muito, a nossa Região e gostaria de fazer a Vossa Excelência então um pedido para que retirasse essa sua solicitação, caso contrário solicitarei aos ilustres Deputados para que rejeitem essa proposição do Deputado Caíto Quintana.

Um Projeto já em 4ª discussão, não há porquê retirá-lo da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se,

2 Deputados Aprovam.

14 Deputados Rejeitam.

Rejeitado o Requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não há "quorum", Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E nem para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Artagão requereu chamada nominal?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas não há "quorum", Senhor Presidente. Nem para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que o Deputado requereu antes.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem procedência o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu retiro o pedido de chamado nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Então não há "quorum" não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 270/89.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/90.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260/89, 272/89, 341/89, 163/90, 273/90, 27/90 e 30/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 19/90, 20/90, 98/89, 208/90 e 261/90.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 169/86, 202/90, 282/90, 288/90, 289/90, 401/89, 406/89, 267/90, 281/90 e do Projeto de Resolução n° 55/90.

REDAÇÃO ÚNICA - das Proposições n°s 47/90 e 56/90.

Levanta-se a sessão.

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CONTAS CORRENTES		I.R. Fonte a Recolher.....	
		Seguros a Pagar.....	
Banestado		PATRIMÔNIO	
		Patrimônio líquido.....	
POUPANÇA			
Banestado		RECEITA	
Bamerindus.....		Renda de Contribuições	
		Renda de Aplicações.....	
APLICAÇÕES		Outras Rendas.....	
Banestado c/Over Night			
INVESTIMENTO			
Banestado c/ouro.....			
Bamerindus c/ouro.....			
NCZ\$ BLOQUEADOS			
Banestado.....			
Bamerindus.....			
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios			
DESPESAS			
Aposentados			
Ajuda de Custo.....			
Materiais de Consumo			
IOF-Imp. Op.Financeiras.....			
Imposto de Renda s/ Renda.Aplic.....			
Imp.Estad. s/renda Aplic.....			
Despesas Bancárias.....			
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO.....	

NOTA: NCZ\$ BLOQUEADOS correspondem a aplicação em Over.

LAURO LOBO ALCANTARA	WERNER WANDERER	VICENTE P. RODACKI
Tesoureiro	Presidente	Contador CRC-PR 6635